



HAL
open science

O paradox da Globalização: uma necessidade e uma ameaça in

Jacques Fontanel, Pedro Henriques

► **To cite this version:**

Jacques Fontanel, Pedro Henriques. O paradox da Globalização: uma necessidade e uma ameaça in. A Globalização em "analyse". Geoeconomia e estrategia dos actors, Instituto Piaget, 2007. hal-03611593

HAL Id: hal-03611593

<https://hal.univ-grenoble-alpes.fr/hal-03611593v1>

Submitted on 17 Mar 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

O paradox da Globalização: uma necessidade e uma ameaça

in

A Globalização em "Análise"

Geoeconomia e estratégia dos actors

Jacques Fontanel

Pedro Henriques (Traduction)

Instituto Piaget

Lisboa, 2007

A actual globalização tem efeitos tanto virtuosos como perversos. A pobreza não foi erradicada com o crescimento económico. Considera-se, muitas vezes de forma bastante ligeira, que a globalização é um factor de paz que favorece a expansão das bases democráticas ao transformar as prioridades dos valores humanos. Faria então parte de um longo processo de desenvolvimento generalizado no quadro de um liberalismo económico aceite, acabando por criar novas solidariedades. Contudo, estas análises são questionáveis, assim como o carácter "científico" de uma disciplina económica que é demasiadas vezes "a pedido" dos poderes políticos e económicos.

La globalisation actuelle engendre à la fois des effets vertueux et des effets pervers. La pauvreté n'a pas été éradiquée avec la croissance économique. Il est considéré comme acquis, souvent assez légèrement, que la globalisation est un facteur de paix qui favorise l'élargissement des bases démocratiques en transformant les priorités des valeurs humaines. Elle s'inscrirait alors dans un long processus de développement généralisé dans le cadre d'un libéralisme économique assumé, créant in fine de nouvelles solidarités. Ces analyses sont cependant contestables, de même que le caractère « scientifique » d'une discipline économique trop souvent « aux ordres » des pouvoirs politiques et économiques.

Mots clés : globalisation, développement économique, paix, démocratie, libéralisme, solidarités

globalização, desenvolvimento económico, paz, democracia, liberalismo, solidariedade

A globalização actual tanto origina efeitos virtuosos como efeitos perversos. A pobreza não foi erradicada com o crescimento económico. Há 1,2 mil milhões de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia e são cerca de 3 mil milhões as que dispõem de menos de 2 dólares por dia. É suposto a globalização aumentar os factores de paz, transformar as prioridades dos «valores» humanos, favorecer o alargamento das bases democráticas, assegurar o reinado do liberalismo, inscrever-se num longo processo de desenvolvimento, envolver os povos num tipo de desenvolvimento «à americana» e criar novas solidariedades. Mas estas ideias são fortemente contestadas, como o carácter «científico» de uma disciplina económica demasiadas vezes «às ordens» dos poderes.

1. OS EFEITOS VIRTUOSOS E PERNICIOSOS DA GLOBALIZAÇÃO

«Com base em pressões financeiras e nas modas do momento, a teoria e os sistemas económicos e políticos em geral cultivam a sua própria versão da verdade. Uma versão que não mantém qualquer relação necessária com o real¹.» O liberalismo não é a panaceia. Há até numerosos teóricos, neomercantilistas ou geoeconomistas, que refutam a abertura das fronteiras como solução para os graves problemas que persistem hoje no mundo, como a pobreza, a fome e a violência. Sobre esta questão, os ideólogos neoliberais demarcam-se do seu mestre em matéria de liberalismo, Adam Smith, que afirmava que as receitas e os lucros limitavam indevidamente a importância dos salários e favoreciam a exploração de classe. Para Maurice Allais, a economia de mercado só pode funcionar num quadro institucional, moral e político que lhe garanta

¹ Galbraith, J. K. (2004), *Les mensonges de l'économie*, Grasset, Paris, pp. 10-11.

simultaneamente a estabilidade e a regulação². É absurdo confiar as arbitragens sociais a uma racionalidade económica que não é, no fim de contas, mais do que uma hipótese altamente improvável. As vantagens e os inconvenientes da mundialização são agora bem conhecidos, mas as ponderações atribuídas a uns e outros dependem da equação pessoal de cada um.

TABELA 67
As vantagens e os inconvenientes da globalização

<i>Os debates</i>	<i>Argumentos a favor</i>	<i>Argumentos contra</i>
A globalização implica um <i>laissez-faire</i> integral.	<ul style="list-style-type: none"> – Só o mercado produz o processo de destruição criadora. – O mercado permite a realização das vantagens comparativas. 	<ul style="list-style-type: none"> – O lucro torna-se mais importante do que o homem. – O <i>laissez-faire</i> foi sempre reivindicado pela potência dominante.
A globalização reduz o poder discricionário dos Estados.	<ul style="list-style-type: none"> – Os Estados não têm de proteger a sua economia. A acção do Estado é muitas vezes ineficaz do ponto de vista económico³. – Com a globalização, as intervenções relativas às barreiras alfandegárias ou as restrições à propriedade estrangeira do capital nacional devem ser reduzidas, ou mesmo suprimidas, no quadro de acordos internacionais geridos por instituições adeptas, nos seus estatutos, do comércio livre⁴. 	<ul style="list-style-type: none"> – Os Estados decidem sempre da sua política comercial, dada a sua soberania. – Os poderes públicos têm sempre a seu cargo a gestão do comércio e do investimento internacional, ainda que deleguem uma parte do seu poder às organizações internacionais, nomeadamente na gestão do comércio internacional e nas acções a favor do ambiente ou dos Direitos do Homem⁵.
A globalização é um factor de crescimento económico.	<ul style="list-style-type: none"> – A globalização da concorrência permite a aceleração do crescimento económico através da aplicação das vantagens comparativas, as quais se manifestam com a redução dos custos de produção e a descida dos preços⁶. 	<ul style="list-style-type: none"> – A globalização limita o potencial do crescimento económico dos Estados Unidos, levando à destruição dos postos de trabalho⁷ e a uma redução dos salários⁸. A globalização tem também os seus perdedores. – Se as importações crescerem mais rapidamente do que as exportações,

2 Allais, M. (1999), *La mondialisation, le chômage et les impératifs de l'humanisme*, UNESCO, Science et humanisme, 9-10 de Abril.

3 Assim, a recusa das importações de açúcar para proteger a produção da Florida produziu resultados negativos para o ambiente (adubos), o turismo (efeitos externos) e os consumidores (subidas dos preços, com um custo de 3 mil milhões de dólares por ano).

4 Assim, os Estados Unidos foram condenados pela OMC pela sua isenção fiscal de 15 % sobre os ganhos na exportação, o que retirou aos cofres públicos cerca de 2 mil milhões de dólares.

5 O governo do Estado do Massachussetts viola assim as regras da OMC por se recusar a comprar bens e serviços das empresas que têm negócios com a Birmânia (Estado que viola os Direitos do Homem).

6 Assim, a recusa do Brasil em importar a tecnologia do fax teve consequências negativas: por um lado, a fraca qualidade e o custo elevado dos produtos nacionais limitaram a competitividade de todas as indústrias brasileiras; por outro, a tecnologia brasileira não foi melhorada, conduzindo, sete anos depois, à abertura internacional deste mercado.

<i>Os debates</i>	<i>Argumentos a favor</i>	<i>Argumentos contra</i>
	A competição implica a busca da eficácia, conduzindo à destruição criadora e promovendo a inovação. Os países e as empresas podem assim aproveitar as suas vantagens comparativas.	isso poderá resultar numa diminuição do potencial de crescimento económico, nomeadamente se as primeiras não estiverem relacionadas com investimentos ou futuras actividades produtivas. Neste caso, poderá ter início um processo de pauperização.
A globalização gera postos de trabalho.	– O crescimento é um factor favorável ao emprego. Nestas condições, a globalização, que suprime os obstáculos ao crescimento, é geradora de postos de trabalho.	A globalização fragiliza os postos de trabalho, sujeitando-os a uma competição constante e influenciando-os negativamente em matéria de remuneração, nomeadamente nos menos qualificados ⁹ .
A globalização reduz os preços.	A concorrência internacional aproveita principalmente aos consumidores.	A globalização favorece as empresas multinacionais, que recebem importantes lucros, nomeadamente quando os seus concorrentes são dizimados.
A globalização opõe-se às políticas ambientais.	Segundo a curva de Kuznets, se a actividade económica degrada o ambiente, ela aumenta também os rendimentos. Ora, o ambiente é um bem superior. Nestas condições, a propensão para a poluição decresce com o desenvolvimento ¹⁰ . – As FMN são muitas vezes menos poluentes que as empresas locais, utilizando, por exemplo, tipos de energia mais limpas. Além disso, o custo do cumprimento das normas ambientais é relativamente baixo,	– A OMC estabelece regras que colidem frequentemente com os interesses da natureza, nomeadamente quando se trata de proteger espécies ameaçadas ou definir normas de protecção da saúde humana. O argumento da poluição não tem grande validade para as instâncias da OMC. – A globalização conduz à homogeneização dos produtos. O queijo dos Franceses enfrenta a ameaça das regras de higiene, ao mesmo tempo que os OGM são impostos ao comércio livre.

7 Segundo Scott, o comércio internacional reduziu o PIB americano em 14,4 % desde 1992 (vantagem de 19,8 % nas exportações e perda de 35,2 % nas importações). Scott, R. E. (2000), «The Facts About Trade and Job Creation», *Issue Brief # 139*, Economic Policy Institute, Washington D. C.

8 Os salários dos empregos pouco qualificados diminuíram nos países desenvolvidos, devido às actividades deslocalizadas menos bem remuneradas. Perto de três quartos dos trabalhadores americanos são afectados por esta perda de poder de compra.

9 Segundo Scott, se as exportações americanas criaram 4,1 milhões de postos de trabalho, já as importações puseram termo a 7,3 milhões. Scott, R. (2000), «The Facts About Trade and Job Creation», 24 de Março, *Issue Brief 139*, Economic Policy Institute, Washington D. C.

10 Hettige H., Muthukumara M., Wheeler D. (1997), *Industrial Pollution in Economic Development: Kuznets Revisited*, Grupo de Investigação do Desenvolvimento, Banco Mundial, Washington D. C., Dezembro.

Os debates	Argumentos a favor	Argumentos contra
	da ordem dos 2 %. Não há «paraísos da poluição» ¹¹ . A globalização é um factor de reforço da qualidade do ambiente.	– A globalização favorece os «paraísos da poluição» para as FMN ¹² . Embora a curva de Kuznets exista, ela não impede as irreversibilidades e a destruição definitiva de espécies ou de florestas milenares.
A globalização é o motor das reformas sociais.	<ul style="list-style-type: none"> – A globalização conduz às reformas políticas a favor das democracias e dos Direitos do Homem, bem como à redução da corrupção. – Os investidores estrangeiros, que gerem os seus riscos económicos, são ciosos do respeito pelo direito. – Os países com um rendimento por habitante superior a 15 000 dólares são todos democráticos¹³. 	<ul style="list-style-type: none"> – A globalização desenvolve sobretudo a preeminência social do lucro. Embora os países desenvolvidos combatam a corrupção dos países pobres, já são menos lesto a destruir certas formas que a beneficiam, como, por exemplo, o sigilo bancário. – A globalização leva à americanização da sociedade. A precariedade dos empregos, o peso excessivo das multinacionais na economia nacional e a corrupção mercantil dos espíritos são os resultados forçosos da mundialização. – Muitas empresas utilizaram o trabalho infantil e exploraram o pessoal dos países em desenvolvimento, fomentando assim a pressão sobre os salários dos trabalhadores dos países desenvolvidos.
As empresas multinacionais dominam os mercados.	<ul style="list-style-type: none"> – A proporção da produção das FMN em relação à produção mundial tende mais a diminuir. – A globalização dá oportunidades aos competidores, nomeadamente aos que trazem consigo inovações e novas tecnologias. Foi por isso que a Nokia conseguiu ultrapassar a Motorola. 	– As empresas multinacionais detêm um poder tal que podem, se assim o desejarem, controlar as pequenas empresas, dirigir a investigação & desenvolvimento, estabelecer acordos de partilha do mundo ou impedir uma pequena empresa de sobreviver.

11 Eskeland, G. S., Harrison, A. E. (1997), *Moving to Greener Pastures? Multinationals and the Pollution Haven Hypothesis*, Banco Mundial, 1 de Janeiro. <http://econ.worldbank.org/docs/525.pdf>

12 Por um lado, as FMN tiram partido da pobreza dos países em desenvolvimento para instalar empresas poluentes, chantageando-os com o crescimento ou a deslocalização. Por outro lado, certas decisões nacionais de protecção do ambiente são consideradas ilegais, mesmo que o motivo dessa protecção seja válido. Assim, a sociedade americana instalada no Canadá obteve 15 milhões de dólares como reparação pelo prejuízo resultante da recusa do governo canadiano relativamente à produção de MMT, um aditivo para a gasolina apontado como causador de danos cerebrais.

13 Fredman, T. (2000), *The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization*, edição revista, Farrar, Straus & Giroux, Nova Iorque.

Os debates	Argumentos a favor	Argumentos contra
	A globalização elimina os campeões nacionais, para grande benefício dos consumidores.	– As FMN exercem o seu poder sobre as organizações internacionais e sobre os Estados. A procura do lucro a longo prazo leva-as a transformar as condições da concorrência, através da constituição de redes opacas ¹⁴ .
As empresas multinacionais dominam o mundo.	<ul style="list-style-type: none"> – As organizações internacionais e os Estados conservam grandes poderes. Assim, a OMC pode condenar os subsídios, admitindo a aplicação de contra-medidas adequadas equivalentes. – A Comissão Europeia recusa com frequência certas fusões de empresas, a fim de evitar os monopólios. – O clima actual não é o do <i>laissez-faire</i>. – Os Estados dispõem de meios consideráveis. Assim, gerem 40 % das riquezas produzidas anualmente, o que faz deles agentes bastante poderosos. Por outro lado, as regras que decretam obrigam as FMN, nomeadamente em matéria de legislação e de concorrência. 	<ul style="list-style-type: none"> – Através da corrupção ou do poder económico, as FMN exercem uma acção decisiva sobre as opções económicas, políticas e sociais dos governos (teoria da <i>Public Choice</i>). – Face às restrições estabelecidas pelas organizações internacionais (OMC e FMI, por exemplo), os governos já não podem optar por executar uma política de desenvolvimento económico. Em certos casos, estão proibidos de desenvolver um programa de acção, adoptar políticas sectoriais discriminatórias ou reduzir os direitos de propriedade das empresas estrangeiras. Mesmo que justificadas, certas medidas estatais ou regionais de protecção do ambiente são condenadas¹⁵.
A globalização aproveita sobretudo às FMN e aos accionistas.	<ul style="list-style-type: none"> – As FMN e os accionistas são os pontas-de-lança das economias de mercado. Deste modo, os seus rendimentos são justificados pela concorrência, pelos riscos e pelo crescimento económico que impulsionam e que beneficiam a prazo todos os agentes económicos. – Os accionistas são portadores de capitais, sem os quais o desenvolvimento económico seria aleatório. 	<ul style="list-style-type: none"> – A globalização é profundamente desigualitária. Favorece os ricos em detrimento dos pobres e amplia irremediavelmente as desigualdades. Não beneficia verdadeiramente os países em si, nem os seus trabalhadores¹⁶. – As empresas multinacionais são a base de um mundo de investimento e de concorrência que esmaga as culturas nacionais e não procura trazer mais luz à vida de cada dia, tendo apenas um único objectivo reductor: a maximização do lucro. A globalização cria perdedores.

14 As empresas globais exercem uma influência crescente sobre os países menos desenvolvidos e as suas estratégias mundiais fragilizam a maioria das economias nacionais.

15 Subsistem ainda práticas desleais e ilegais por parte da OMC ou do NAFTA. Assim, nos Estados Unidos, é possível não informar o consumidor sobre a existência de OGM nos produtos de grande consumo.

16 Brown, P., Schweke, B. (2001), «Globalization: An Examination of the Pros and Cons», *Corporation for Enterprise Development*, Setembro, p. 10.

<i>Os debates</i>	<i>Argumentos a favor</i>	<i>Argumentos contra</i>
Os países em desenvolvimento são as vítimas do processo de globalização.	<ul style="list-style-type: none"> – Os países em desenvolvimento beneficiam com os investimentos directos no estrangeiro (que melhoram as condições de emprego), sendo assim receptores dos efeitos positivos da concorrência do mercado. – A globalização conduz a padrões de vida mais elevados nos países mais pobres. O nível de vida dos autóctones melhora com as empresas estrangeiras. Se o trabalhador americano condena a política de deslocalização da Nike, o mesmo já não se passa com o seu homólogo vietnamita ou os consumidores. 	<ul style="list-style-type: none"> – As escolhas mais importantes relativas à água, à saúde e aos transportes dependem excessivas vezes dos lucros das FMN. – O desrespeito pelos ecossistemas dos países em desenvolvimento é constante. – As normas internacionais respeitantes aos salários ou às regalias sociais são por vezes negligenciadas pelos países de implantação, os quais pretendem conservar a sua vantagem competitiva. – Por último, a globalização aplica-se aos produtos que proporcionam uma vantagem comparativa aos países desenvolvidos, mas nem sempre se aplica ao sector da agricultura. Os países em desenvolvimento são ora explorados, ora esquecidos no processo.
A globalização conduz ao desaparecimento de muitas culturas nacionais.	<ul style="list-style-type: none"> – A ideia da homogeneização da cultura advém mais de uma tentativa de restrição dos mercados e de recusa da concorrência. – Os defensores da globalização não são apenas americanos. Os países da União Europeia, bem como os do Sudeste Asiático, são concorrentes muito poderosos e não tão facilmente maleáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> – A globalização conduz à americanização, escorada nos valores difundidos pelo cinema americano, cujos filmes, porém, estão longe de reflectir os valores do americano médio. A questão reside em saber se serão os próprios Americanos influenciados pela cultura dos outros. – É preciso criar «ineficiências úteis» a fim de manter as especificidades nacionais ou regionais, evitar desigualdades sociais perigosas ou proteger o ambiente¹⁷.
As novas tecnologias e os novos sectores em desenvolvimento inscrevem-se numa ordem globalizada.	<ul style="list-style-type: none"> – A informação, a redução dos custos de transacção e as novas tecnologias com normas mundiais fizeram aumentar a celeridade e a amplitude do potencial da globalização. – O comércio de serviços (40 % das exportações americanas) tem um potencial de desenvolvimento considerável. 	<ul style="list-style-type: none"> – A globalização da informação é perigosa, pois ela pode ser monopolizada, normalizada e adaptada a estratégias públicas ou privadas de natureza específica. – A comercialização internacional de serviços afecta directamente o modo de vida das pessoas. Neste sentido, a globalização não pode apagar a história e a cultura das sociedades, mesmo daquelas que, economicamente, se afiguram menos desenvolvidas.

¹⁷ Brown, P., Schweke, B. (2001), «Globalization: An Examination of the Pros and Cons», *Corporation for Enterprise Development*, Setembro, p. 17.

Os debates	Argumentos a favor	Argumentos contra
A globalização conduz à hegemonia americana.	<ul style="list-style-type: none"> – A globalização reduz os poderes dos grandes Estados, em benefício dos actores privados. – As empresas dos Estados Unidos estão em concorrência directa com as empresas estrangeiras. Não têm vantagens especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> – Os Estados Unidos exercem um poder hegemónico. – O direito económico internacional é decalcado do direito americano. – O poder estratégico dos Estados Unidos reforça o seu poder económico, nomeadamente ao nível dos fluxos energéticos.

Para Stiglitz, «a mundialização não é nem boa, nem má»¹⁸. A mundialização tem um preço elevado em matéria de corrupção, fraudes, roubo, desperdício de recursos ambientais, desemprego ou violências étnicas. Os Estados Unidos são a grande potência do presente, mas as evoluções económicas e políticas ocorrem com grande rapidez. Em 1990, o PIB da China representava 60 % do da Rússia. Dez anos mais tarde, acontece o inverso. O continente africano afunda-se na miséria, quando o novo sistema lhe devia trazer a opulência. O desmantelamento das barreiras alfandegárias dos países pobres impediu os países em desenvolvimento de exportar para os países ricos protegidos, nomeadamente no sector da agricultura. A revolta de Cancun é, sem dúvida, o primeiro aviso dos «condenados da terra». Os conflitos assumirão outras formas prefiguradas pelo terrorismo.

A ideia central, amplamente aceite, é considerar o efeito positivo da globalização sobre o crescimento. Contudo, uma análise de peritos americanos ao processo da globalização entre 1980 e 2000 dá conta de um vasto número de «efeitos perversos»¹⁹. Durante este período, as taxas de crescimento foram menores do que as do período precedente, com um declínio da ordem dos 0,5 % ao ano para os países mais pobres e de 1 % para os países com rendimentos médios e para os países desenvolvidos. A esperança de vida recuou também nas economias em transição e nos países mais pobres (esperança de vida entre 44 e 53 anos), ao passo que os países desenvolvidos aumentavam a sua. Os progressos relativos à mortalidade infantil desaceleraram. Por último, em matéria de educação, as taxas de crescimento também decresceram em todos os níveis da cadeia educativa. Perante esta apresentação dos efeitos perversos, o problema reside em saber se estes se devem à globalização ou a outros factores. É provável, porém, que a abertura dos mercados tenha fragilizado certas economias e destruído rapidamente parte do bem-estar e das conquistas sociais dos países atingidos.

18 Stiglitz, J. E. (2002), *La grande désillusion*, Fayard, Paris, p. 47.

19 Weisbrot, M., Baker, D., Kraev, E., Chen, J. (2002), *The Scoreboard on Globalization 1980-2000. Twenty Years of Diminished Progress*, Center for Economic and Policy Research, Washington.

Segundo Pascal Lorot, a geoeconomia designa as políticas públicas que têm como objectivo adquirir a supremacia tecnológica e comercial de produtos ou serviços sensíveis. Na óptica do Estado, trata-se de secundar os objectivos estratégicos das grandes empresas com a utilização de dispositivos adaptados, para assim limitar a perda da soberania nacional²⁰. O envolvimento dos Estados na guerra económica serve, na verdade, os interesses do próprio Estado, dado atribuir novas funções à administração pública. Neste contexto, a globalização não é, nem nunca foi, global. Keynes demonstrou que a crise dos anos 1930 era uma crise de abundância, na qual o sistema, por não ter apreendido a usufruir de e a modelar a sobrevivência, sofreu uma depressão nervosa universal. Keynes salientara, a seu tempo, a necessidade de uma acção colectiva mundial²¹, pois tudo está em tudo e vice-versa. A sustentação da procura global mundial parecia-lhe essencial, por força das interdependências. No entanto, não apelava a uma globalização sem fronteiras, sem dúvida devido ao seu carácter incerto no tempo.

A guerra *stricto sensu* deixou de ser um instrumento de gestão dos conflitos entre os Estados: é demasiado dispendiosa, o desenvolvimento da democracia foi um factor de paz²² e deixou de ser socialmente «reconhecida» como um modo de gestão das crises, em virtude da existência da arma nuclear. A guerra deixou de ser um meio estratégico. Ela é, simultaneamente, um caso de consciência e uma ameaça recorrente. A guerra mudou a sua natureza. Já não coloca batalhões frente a frente num campo de batalha. Tornou-se difusa e baseada em variáveis políticas e económicas. A guerra económica é terrorista. Quando a ajuda internacional é prestada num contexto de violência político-económica, torna-se parte do contexto e do conflito²³. A economia é uma causa de guerra, sendo também um meio de conflito. Contudo, Jacques Attali considera que a multiplicação do número de Estados, a ausência de ordem supranacional e a incapacidade para fazer respeitar o Direito em todo o mundo deixam antever um futuro promissor para os conflitos armados. Estas guerras travar-se-ão nas fronteiras entre civilizações, entre rivais no seio de uma mesma civilização e também pelo controlo dos escassos recursos²⁴. Contrariamente, para Brzezinski²⁵, a sociedade americana é a primeira sociedade global da his-

20 Lorot, P. (1997), «De la géopolitique à la géoéconomie», *Revue Française de Géoéconomie*, n.º 1.

21 Stiglitz, J. E. (2002), *op. cit.*, p. 256.

22 Doyle, M. (1986), «Liberalism and World Politics», *American Political Science Review*, vol. 80, pp. 1151-1169.

23 Anderson Mary, B. (1999), *Do No Harm. How Aid Can Support Peace – or War*, Lynne Rienner Publishers, Boulder, Londres.

24 Attali, J. (1998), *Dictionnaire du XXI^e siècle*, Fayard, Paris, p. 157.

25 Brzezinski, Z. (1971), *La révolution technétronique*, Calmann Lévy, Paris.

tória, graças ao desenvolvimento das novas tecnologias. Neste contexto, o modelo americano deve impor-se, pois é um modelo global de modernidade. Dominará o advento da sociedade pós-industrial, baseada na indústria da informação.

Todavia, a ideia da pacificação mundial é uma esperança que se assemelha a um fantasma. Efectivamente, a ingerência apresenta-se como um novo direito em gestação, mas a política é apenas um meio para prosseguir a guerra (seja ela económica, social ou pelo poder). A guerra e a paz não são duas figuras simétricas.

3. A GLOBALIZAÇÃO ENQUANTO QUESTIONAR DAS PRIORIDADES DADAS AOS VALORES HUMANOS

Para Amartya Sen²⁶, os meios e os fins do desenvolvimento pressupõem que a liberdade esteja no centro do processo. As liberdades políticas (as de escolher e criticar as autoridades públicas), as facilidades económicas (a possibilidade de dispor de rendimentos para fins de consumo, comércio ou produção), as oportunidades sociais (educação, saúde, liberdade), as garantias de transparência (que implicam uma margem de confiança suficiente no funcionamento do sistema social) e a segurança protectora (que torna a população menos vulnerável às flutuações da conjuntura) são uma necessidade. O direito do intercâmbio económico livre constitui um acelerador do crescimento económico, na mesma medida em que a educação constitui um instrumento essencial do desenvolvimento socioeconómico, que explicou em grande parte o famoso «milagre económico asiático». A China actual, embora seja a última depositária de um comunismo (é um facto) em mutação ideológica, obtém melhores resultados no mercado do que a Índia, principalmente devido à educação das massas (mais de metade da população indiana é analfabeta). Todavia, a taxa de crescimento só tem efeitos palpáveis ao nível da esperança de vida se os rendimentos não forem demasiado desiguais. Aliás, pode acontecer que a esperança de vida de um país melhore sem um crescimento económico consequente. A opção pelos mais pobres e pelos seus direitos sociais é uma opção da sociedade. Um país em desenvolvimento pode dispor de serviços de saúde e de educação pouco onerosos, o que lhe fornece as bases para um desenvolvimento humano significativo, à margem do objectivo económico propriamente dito. Durante a guerra, a curva da mortalidade, excluindo os que morreram na guerra, registou uma inflexão.

A aculturação ocidental é uma tragédia²⁷. A pluralidade das lógicas que justifica o exercício da democracia é posta em causa. A coesão social e cultural

²⁶ Sen, A. (2001), *Un nouveau modèle économique*, Odile Jacob, Paris, pp. 48 e segs.

²⁷ Stiglitz, J. E. (2002), *La grande désillusion*, *op. cit.*, p. 492.

é um factor essencial de desenvolvimento, ao passo que a mundialização hoje reivindicada favorece a desterritorialização e a destruição do político. Além disso, impor a democracia como remédio é recusar aos países do Sul e do Oriente a possibilidade de eles a construírem como uma alternativa. A democracia é um momento da história dos povos, não podendo ser recebida por «transfusão». Assistimos a uma internacionalização da guerra em nome da paz. Mas os países visados pela ingerência poderiam muito bem preferir a tirania ao remédio da democracia, que pode ter, como já demonstrou a história, efeitos secundários desastrosos²⁸.

A mundialização mina os valores tradicionais²⁹, sem produzir uma cultura suficientemente universal que não provoque tensões sociais e societárias dolorosas. Ao reduzir o poder dos processos políticos nacionais que exprimiam algumas preferências colectivas, a mundialização limita as escolhas. Corre-se assim o risco de se ver emergir um novo nacionalismo, vinganças étnicas, o fundamentalismo religioso ou o comunismo estalinista. Os desafios são consideráveis. Se nada se alterar, parte do mundo incorre no risco de implosão e a outra no risco de se reconstruir com base em ideologias pouco tolerantes ou fascizantes.

De um modo geral, o capitalismo reage bem às crises sociais, enquanto as democracias estão mal armadas, com maiorias frequentemente conservadoras. As mudanças estruturais maciças necessárias são geralmente combatidas pelos interesses instalados. É difícil ter uma ideologia igualitária (democracia) e um sistema económico que enferma de acentuadas desigualdades. O capitalismo americano, que recebe o mais forte apoio popular, poucos benefícios sociais concede às classes médias. De igual modo, os países industrializados recusam eliminar os subsídios concedidos aos seus agricultores. Deste modo, os países em desenvolvimento são vítimas de discriminação, facto que os impede de se desenvolverem e está na origem de termos de troca desfavoráveis³⁰.

Ao longo da aventura humana, a economia nem sempre foi a finalidade. Actualmente, a ciência está submetida à técnica, propondo-se maximizar a produção com vista à acumulação de capital. O mundialismo faz reinar a ideologia de um mercado planetário dominante e sem fronteiras. Conduz ao imperialismo dos valores económicos liberais e promove a convergência dos modos de consumo, culturas e gostos, sem ter como referência uma qualquer vontade popular. Ora, uma sociedade deve pensar-se como humana, enquanto o mercado propõe mecanismos que se impõem ao indivíduo. A democracia formal não é a condição necessária do desenvolvimento, e vice-versa. Não é pelo facto de os

28 Messica, F. (1995), «L'ingérence: droit, devoir ou violation?», em *Les nouveaux espaces politiques*, George Labica (Ed.), L'Harmattan e Association pour la recherche de synthèses en sciences humaines, Paris.

29 Stiglitz, J. E. (2002), *op. cit.*, Paris, p. 316.

30 Comunicado do Grupo dos 24, *FMI Bulletin*, Outubro de 2003, p. 280.

Estados não serem democráticos que são pobres, mas sim pela sociedade dos mesmos viver num modo de funcionamento inigualitário e hierárquico.

4. A GLOBALIZAÇÃO, OU OS RECEIOS DA DEMOCRACIA

A democracia não tem valor universal, respondendo a leis económicas contínuas. Quando se confrontava com o perigo comunista, o liberalismo político acreditava defender e salvaguardar a democracia, sem sair de um capitalismo supostamente tornado mais humano. Mas tratava-se tão-só de uma guerra de posições. A guerra continua hoje, sob outras formas, com a mundialização da concorrência³¹. Para «salvar o capitalismo», é preciso reduzir a «democracia social» por via da desregulação. O excesso de liberalismo conduz ao fim da democracia real. O pacifismo liberal esconde relações de hegemonia ocultadas pela ideia do universal. Uma vez mais, o conflito de interesses e a guerra estão na ordem do dia, e com eles voltam a emergir um neocolonialismo e um neo-imperialismo, solidários com a mundialização capitalista.

A importância das regras do jogo, guarda-fogo da democracia, é independente dos movimentos populares ou dos mercados capitalistas³². A democracia é, antes de mais, a livre escolha dos governantes pelos governados. Trata-se da busca de um consenso social e da possibilidade da alternância política. As regras do jogo definem os procedimentos da concorrência eleitoral, baseada num consenso político e na obediência às regras, cujos funcionamentos permitem às respectivas maiorias exprimir-se mediante o exercício do poder. Os regimes democráticos são, por natureza, regimes de paz. Numa colectividade organizada em função da guerra, ninguém pensará em instituir com carácter permanente a rivalidade dos interesses e dos partidos. A aceitação da rivalidade dos interesses e dos partidos pressupõe o desejo da paz³³.

Todavia, capitalismo e democracia estão muitas vezes em contradição³⁴. O conteúdo democrático do capitalismo é produto das lutas sociais e não um factor intrínseco à economia de mercado. De facto, esta ligação é frequentemente analisada como a procura de um equilíbrio político em que as forças democráticas se batem contra o poder autoritário do capitalismo. Os políticos capitalistas americanos opuseram-se à integração dos negros, mas o resultado não foi de encontro às suas pretensões. As origens do capitalismo nos Estados absolutistas da Europa são bem conhecidas. O capitalismo da América Latina ou da Ásia foi, não raras vezes, estabelecido por ferozes ditaduras militares.

31 Tosel, A. (1995), *Démocratie et libéralismes*, Editions Kimé, Paris.

32 Bobbio, N. (1990), *Liberalism and democracy*, Verso, Londres.

33 Aron, R. (1965), *Démocratie et totalitarisme*, Gallimard, Paris.

34 Meiksins Wood, E. (1995), *Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism*, Cambridge University Press, Cambridge.

A Argentina, o Chile ou o Paraguai conheceram a ditadura, ao mesmo tempo que se inseriam no campo ocidental da economia de mercado. O mundo dos nossos dias surge dividido entre países ricos, onde a democracia parece sobretudo concebida como o equivalente político do mercado, e países pobres e dominados que apelidam de democráticas as suas resistências a influências estrangeiras, de natureza económica ou cultural, suspeitas, por vezes com razão, de os fazerem perder a sua identidade³⁵. A mobilização política ou militar pela vitória ou pela sobrevivência do Estado, assim como a defesa por parte de uma colectividade dos seus territórios e dos seus costumes e crenças, ou ainda as cruzadas e as guerras santas, são forças tão poderosas como a democracia.

Entrámos na era do optimismo democrático. A ideia de paz universal está prestes a inscrever-se nos factos. Contudo, esta situação suscita uma «melancolia democrática», a qual contradiz as tendências mais espontâneas do ser humano para esmagar, dominar ou subjugar os outros³⁶. No século passado, as conquistas eram fáceis, dada a superioridade militar dos povos europeus. Em certa medida, eram mesmo justificadas por uma doutrina da missão civilizadora. Já não é em nome da revolução ou do povo, mas sim de uma concepção não revolucionária da democracia, que se erguem todos aqueles, minorias ou maiorias, que se sentem reprimidos e traídos pelos novos regimes.

A democracia capitalista não é independente dos interesses e dos conflitos de classe. Hoje, todos os partidos do mundo ocidental aceitam este princípio. É difícil admitir actualmente que a democracia seja a expressão da vontade geral. O apelo à unanimidade prepara a eliminação das minorias e a instalação de um poder absoluto sem controlo e sem limites. As democracias modernas estão em perigo. A sua principal acção de sobrevivência consiste em serem concorrenciais na economia mundial e, ao mesmo tempo, permitem aos seus nacionais conservar a sua identidade e o seu bem-estar³⁷. Contudo, Dan Rodrik sublinha o facto de, desde 1945, as políticas de abertura comercial e de liberalização se terem desenvolvido juntamente com os sistemas de protecção social. O questionar destes últimos implicaria o fim do consenso favorável à abertura dos mercados e um novo alento do protecçãoismo, que viria interromper o processo de globalização³⁸. O capitalismo impõe o conflito social e incute-o agora na globalidade do planeta para dispor de maiores graus de liberdade na procura indefinida dos lucros concedidos aos homens capazes de compreender os mecanismos da apropriação dos valores económicos produzidos.

35 Touraine, A. (1991), «Qu'est-ce que la démocratie aujourd'hui?», *Revue Internationale des Sciences Sociales* (128) Maio de 1991, pp. 275-283.

36 Bruckner, P. (1990), *La mélancolie démocratique*, Editions du Seuil, Paris.

37 Sandel, M. (1996), *Democracy's Discovery*, Harvard University Press, Abril.

38 Rodrik, D. (1997), «Sense and Nonsense in the Globalization Debate», *Foreign Policy*, n.º 107, pp. 19-37.

Para Jean-Christophe Rufin, a civilização liberal é, ela própria, uma forma subtil e poderosa de ditadura³⁹. Ao contrário das que se fundam na coacção, esta ditadura da liberdade é dotada de uma estranha propriedade: consegue alimentar-se daquilo que se opõe a ela. Durante os setenta anos em que afirmou combater o marxismo soviético, apoiou-o e utilizou-o simultaneamente como regulador da revolta social. Actualmente, a civilização liberal alicerça-se em novos medos – o Sul, a ecologia, a exclusão social –, argumentos esses essenciais para conservar o poder. Mas assiste-se a uma dissociação entre a esfera nacional (espaço do controlo democrático) e o campo transnacional, no qual se encontram os verdadeiros desafios. Ela permite ao sistema económico desenvolver-se sem um controlo democrático e limitar a rebelião política, circunscrevendo-a um quadro nacional. Assiste-se efectivamente a um fim da História, mas não devemos rejubilar por isso. Nos dias que correm, ignoram-se as razões das unidades colectivas e dá-se atenção apenas aos sofrimentos dos indivíduos. A palavra cidadania não designa hoje mais do que uma lista de prerrogativas. O Estado deve assegurar aos indivíduos o gozo do seu direito, do seu desenvolvimento. Esta é a lógica do novo desenvolvimento democrático, na qual a cidadania surge destituída de qualquer civismo.

O século xx mostrou que a democracia pode conduzir aos regimes sangüinários e a um sem número de injustiças indizíveis. A democracia pode servir de camuflagem a intenções hegemónicas, por razões políticas, económicas e estratégicas. Desde meados do século xx que se assiste a um enfraquecimento das democracias, mas, ao mesmo tempo, a vontade de uniformização em curso desde meados dos anos 1960 arrisca-se a gerar o mais extraordinário dos totalitarismos⁴⁰. No fundo, todo o sistema provoca «efeitos perversos» que alteram o conteúdo e o sentido dos sistemas humanos. A democracia perdeu a alma com a informação «orientada» do *marketing* político, o custo das campanhas eleitorais, a aplicação de regras que favorecem uns em detrimento de outros, chegando mesmo ao ponto de desvirtuar a vontade do povo. Neste contexto, embora não seja de pôr em causa o ideal da democracia, será no mínimo necessário alterar as suas regras de aplicação e velar por uma igualdade mínima da informação.

O verdadeiro problema é o das desigualdades de poder⁴¹. Neste caso, a democracia tem as costas largas. A mundialização tende a agravar as desigualdades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, mas também entre ricos e pobres no seio de uma economia nacional ou regional. A mundialização contém em si um paradoxo: ao mesmo tempo que conduz a uma homogeneização dos bens e serviços, favorece a diferenciação através dos rendimentos e dos patrimónios⁴².

39 Rufin, J.-C. (1994), *La dictature libérale*, Jean-Claude Lattès, Paris.

40 Imbéault, M., Montifroy, G. A. (1995), *Géopolitique et démocratie. Perspectives sur la fin du xx^e siècle*, Éditions Frison Roche, Paris.

41 Sen, A. (2001), «Dix vérités sur la mondialisation», *Le Monde*, 19 de Julho.

42 *Les Dossiers français* (2001), «Mondialisation et inégalités», La Documentation française, Novembro-Dezembro.

5. A GLOBALIZAÇÃO, OU O REINADO DO LIBERALISMO

A oposição aos totalitarismos já não é capaz de fundar uma nova ordem internacional e ajudar à consolidação das novas democracias, visto estar cindida em dois movimentos: o humanitarismo e o moralismo intervencionista. Existe um desfasamento entre a crescente interdependência económica das nações a nível internacional e a disfunção dos espaços políticos decisivos. A internacionalidade assemelha-se mais a uma superadministração do que a um espaço político. A crise do civismo ilustra a da democracia, que se afasta da soberania do povo. Actualmente, a ideia de que a democracia é «natural» desvia os países das suas responsabilidades⁴³. A propagação do liberalismo à totalidade do campo mundial cria novos riscos, nomeadamente, um risco «sistémico», no qual um incidente, mesmo que de somenos, é susceptível de fazer gripar a máquina no seu conjunto. Por sua vez, estas ameaças suscitam a criação de organismos de concertação e regulação, ou seja, de uma liderança colectiva, de um governo económico mundial⁴⁴.

Para Milton Friedman⁴⁵, os mercados livres e as eleições livres andam a par, num processo de fortalecimento mútuo. Durante muito tempo, a liberdade e a democracia foram identificadas com a destruição das barreiras sociais e a integração da sociedade e da nação. A república era definida como uma e indivisível, em oposição aos antigos regimes, segmentados pela manutenção de costumes, privilégios e direitos particularistas. Por vezes, as grandes organizações internacionais capitalistas condicionam os seus empréstimos à realização de eleições livres. O mercado e a democracia reforçam-se mutuamente, o que confirma Lenine⁴⁶, para quem a democracia republicana era o guarda-vento ideal para a manutenção das relações económicas capitalistas. Ora, para os defensores do elo entre a democracia e o capitalismo, é por vezes necessário um período transitório de autoritarismo para consolidar o sistema económico, mas a democracia surge rapidamente, como um dos resultados do progresso económico e da evolução da formulação e dos costumes das populações. Segundo esta corrente de pensamento, a democracia só pode existir se perpetuar os regimes de propriedade e de poder do capitalismo⁴⁷. Se estas últimas regras colectivas deixarem de ser observadas, deixa de haver democracia e, nesse caso, são preferíveis as ditaduras militares para conservar o essencial. «Numa palavra, os capitalistas têm uma visão instrumental da democracia, no seio da qual as vir-

43 Thibaud, P. (1993), «Citoyenneté et engagement moral», *Pouvoirs*, (65), pp. 19-30.

44 Valance, G. (1992), *Les maîtres du monde, Allemagne, Etats-Unis, Japon*, Flammarion, Paris.

45 Friedman, M., Friedman, R. (1980), *Free to choose*, Penguin, Harmondsworth.

46 Lenine, (1980), *L'Etat et la révolution*, Publicações do Estado de Moscovo.

47 Petras, J. (2000), «Capitalisme et démocratie: conflit, compatibilité et instrumentalisation», *Innovations*, n.º 11, pp. 177-196.

tudes e os vícios são definidos em termos de interesses fundamentais de propriedade⁴⁸.»

Para os liberais, quando a democracia é dirigida pelo capitalismo, caminha no sentido da história. Quando se detém nos combates sociais, é considerada um luxo histórico que é melhor evitar. É claramente o primado da propriedade privada que aqui se define, a lei tácita do capitalismo. Enquanto fundamento do político, o bem leva qualquer direito à barbárie. Para as democracias, a pacificação do mundo, em nome do bem das pessoas e através da guerra, permite conciliar a defesa dos interesses nacionais, estratégicos e económicos com a moral. Diversos exemplos históricos vêm corroborar esta tese, como demonstra J. Petras⁴⁹, dando os exemplos dos Estados Unidos (com o compromisso de 1877, que excluía as mulheres e os negros), da Alemanha nazi em 1933 (os nazis eram financiados pelas grandes empresas alemãs, que preferiam este partido totalitário à incerteza das eleições), da Finlândia (1918), da Guiana (1953-1964), do Chile de Allende e de Pinochet, da Guatemala (que procurou reduzir a influência da empresa americana United Fruit de 1950 a 1954), da revolução do xá do Irão em 1954 ou dos conflitos no Haiti ou na Nicarágua (1979 e 1989).

6. A GLOBALIZAÇÃO: PROCESSO LONGO OU ESTÁDIO TRANSITÓRIO?

A globalização não é inevitável nem irreversível. É um fenómeno ambíguo, que tem a sua origem no desenvolvimento das tecnologias, nas economias de escala, na abertura dos mercados e na interdependência económica. Apresenta, contudo, perigos não negligenciáveis, como a destruição das soberanias e das coesões nacionais, que priva os mercados das suas responsabilidades sociais e políticas, sem as quais deixam de poder funcionar a longo prazo. Não raro, o resultado é socialmente injusto, politicamente destrutivo e, por fim, economicamente ineficaz. A globalização não se inscreve num processo democrático, pois os burocratas europeus ou os estrangeiros exercem uma influência considerável sobre a vida nacional. O ambiente económico não é estável, nomeadamente quanto à aplicação das regras, donde uma grande incerteza. Basta uma crise para que os comportamentos específicos voltem à tona e ponham em causa a governança global.

A globalização criou as condições para uma produção em massa de riqueza, mas, paralelamente, agrava a precariedade e a miséria de muitas pessoas. O paradoxo da globalização reside no «caminho» prometedor que propõe, ao mesmo

48 Petras, J. (2000), *ibid.*, p. 182.

49 Petras, J. (2000), *ibid.*, pp. 183-194.

tempo que faz crescer as ameaças que pesam constantemente sobre a estabilidade do sistema⁵⁰. A globalização pode ser um processo perigoso numa economia nacional em crise. Por outras palavras, os países não podem senão exportar as suas misérias para os outros países, com uma política do tipo «*beggar thy neighbour*». A compressão do tempo e do espaço forçou os países a repensar as suas políticas nacionais e a procurar uma maior cooperação económica. A concorrência imposta entre os Estados não é desejável, nomeadamente quando os seus interesses residem sobretudo na cooperação. No entanto, a liberalização económica promove a polarização económica e social, a instabilidade política, a insegurança económica e uma perigosa erosão da crença nas instituições económicas e políticas. Se o mundo antigo está morto, pouco consenso existe sobre o novo mundo a construir. Enquanto as aspirações democráticas se desenvolvem, a globalização reduz os poderes dos cidadãos do mundo. A mundialização é um projecto universalista da razão liberal que exacerba as crises de identidade e a redução da segurança. No entanto, fundamentada pelo lucro pessoal e egoísta, não aproximou os homens uns dos outros (por culpa da perda das solidariedades familiares, culturais, sociais, etc.) e não eliminou a violência.

O declínio do Estado-Nação é acelerado pela ideologia liberal, que o concebe como uma escória que importa suprimir em benefício do grande mercado libertador, autónomo e próspero. Ora, este é o único fundamento actual da coesão social. Não se trata de defender os Estados onnipotentes e ventripotentes, é necessário que se revele uma vontade política que assuma o facto nacional e a mundialização. No plano mundial, há a necessidade de políticas de cooperação, que implicam a perda de uma parte importante da soberania nacional. Os governos já não podem agir independentemente na esfera económica, pois as taxas de juro, os equilíbrios orçamentais e os sistemas microeconómicos de regulação pública dependem agora da cooperação ou da concorrência.

Deste modo, as respostas nacionais são cada vez mais difíceis de vislumbrar e conduzir, devido à abertura dos mercados. O capital humano torna-se um dos únicos recursos de vantagem competitiva numa economia global, dada a mobilidade dos outros factores de produção e as restrições dos tratados comerciais. Assim, os Estados devem criar as infra-estruturas e o clima de confiança necessários para a competitividade do país, mantendo, ao mesmo tempo, as medidas de apoio aos trabalhadores e protegendo a qualidade da vida no trabalho, a saúde, a educação e a formação da população. Neste contexto, os poderes públicos podem promover a difusão dos Direitos do Homem, a democracia e a melhoria das condições de trabalho, o desenvolvimento econó-

50 Kaul, I., Conceição, P., Le Goulven, K., Mendoza, R. U. (2005), «Providing Global Public Goods», *Managing Globalization*, (editado por) publicado para o PNUD, Oxford University Press, Nova Iorque.

mico nacional, através de um desenvolvimento económico geral sustentável, e a melhoria do bem-estar social de todos os trabalhadores. É por isso que, num contexto de globalização, as organizações económicas internacionais são, em princípio, tão úteis. Todavia, o excesso de burocracia torna-as muitas vezes ineficazes. Nestas instâncias, introduzir uma cláusula social é, invariavelmente, uma causa perdida. Os países desenvolvidos utilizam mesmo a ameaça da concorrência dos trabalhadores dos países em desenvolvimento para pôr em causa os direitos adquiridos dos trabalhadores. A coordenação internacional é uma longa aprendizagem, que não pode funcionar eficazmente sem vontade política. A coordenação será difícil enquanto houver um proteccionismo dissimulado. O papel do Estado não está acabado, longe disso.

7. O PROSELITISMO DA «CIVILIZAÇÃO AMERICANA»

Para Amartya Sen, não existe choque das civilizações, mas é preciso que cada uma delas aceite a diferença da outra e se impregne dos seus valores mais fecundos⁵¹. Para Engelhard⁵², os homens têm diversos níveis de pertença e nenhum deles se deve basear na negação do outro. A universalidade não é um dado imediato, mas sim uma construção paciente. A África é o único continente a produzir relação social, a inovar socialmente. A linha divisória entre pobres e ricos passa mais pelo interior das famílias do que entre as famílias, enquanto, progressivamente, a Ásia se atomiza socialmente, situação que acarreta o risco de, a prazo, brotar uma verdadeira crise cultural, com consequências difíceis de precisar. Mas, mesmo para os países ricos, a incerteza, as regras de direito flutuantes e a ausência de autoridade moral constituirão outros tantos obstáculos ao bem-estar dos abastados, sem que tal implique uma melhoria do bem-estar dos pobres, bem pelo contrário. Corremos o risco de entrar num jogo de soma negativa.

O governo americano almeja exportar a sua civilização para o mundo inteiro, ao passo que a Europa continua politicamente dividida e, consequentemente, incapaz de propor uma alternativa. Embora o sistema actual não conduza verdadeiramente a uma americanização disfarçada, tudo é feito para que ela se imponha. Os outros países membros da OMC são coagidos pelas regras internacionais a respeitar uma ordem que pouco podem transformar em seu benefício. Todo o sistema funciona sem um verdadeiro projecto que não o do respeito pelos «valores americanos» generalizados, numa época em que as ideologias alternativas desaparecem e as religiões se fragilizam ou dividem.

51 Sen, A. (2003), «Identité et conflit. Existe-t-il un choc des civilisations?», em *Civilisations, globalisation, guerre. Discours économistes*, J. Fontanel (Dir.), Col. «Débats», PU Grenoble.

52 Engelhard (1966), *op. cit.*

Durante muito tempo, o capitalismo identificou-se com o medo do comunismo. Sem o seu adversário, o capitalismo deixou de ter alma e a democracia deixou de ser uma ideologia unificadora. Toda a gente segue os seus próprios interesses.

Os governos dos Estados Unidos defendem os valores do mercado mundializado e da democracia. Defendem ostensivamente três «valores» principais. Primeiro, a riqueza é a manifestação de um favor divino. A produção e a posse de bens materiais constituem objectivos importantes que conduzem os homens à sua realização moral e ao respeito colectivo. Seguidamente, o trabalho é um valor estruturante da vida das pessoas. Por último, a lei deve ser aplicada com todo o rigor. O sistema «americano» é o mais eficaz. É um exemplo para toda a humanidade. O imperativo tecnológico implica a reestruturação política «global» da humanidade, à imagem da sociedade americana. As técnicas americanas são universais, não ideológicas, baseando-se não em cânones, mas em redes. O poder dos Estados Unidos é reforçado pela convicção de que a sociedade americana constitui o principal defensor da democracia, logo, dos interesses do mundo, criando um sistema internacional melhor⁵³. É um facto que os Estados Unidos beneficiam da supremacia económica e a OMC serve sobretudo para canalizar os litígios, «reduzir a influência das relações de força e, com isso, tornar mais aceitável o princípio desta concorrência aos olhos de países terceiros»⁵⁴. Na realidade, a pretensa guerra económica não será mais do que uma concorrência limitada entre a superpotência e os seus aliados que permite veicular as veleidades de contestação à dominação americana.

8. GLOBALIZAÇÃO: O REGRESSO ÀS SOLIDARIEDADES?

«Nunca somos totalmente contemporâneos do nosso presente. A história avança mascarada. Entra em cena com a máscara da cena anterior e deixamos de reconhecer o que quer que seja na peça⁵⁵.» A globalização, estádio derradeiro do mundo liberal, remete para a violência quotidiana, a da precariedade, dos «efeitos de demonstração» e das frustrações. Podemos interrogar-nos quanto aos objectivos do capitalismo. Se, para Michel Aglietta, «a prioridade absoluta da regulação do capitalismo no século XXI consiste em fazer retroceder a pobreza do Terceiro Mundo»⁵⁶, podemos também questionar-nos, juntamente com Mark Duffield⁵⁷, se a governança da mundialização não estará

53 Strange, S. (1994), *States and Markets*, 2.^a edição, Nova Iorque, Pinter, p. 32.

54 Roche, J.-J. (1996), *Un empire sans rival*, Paris, Editions Vinci, pp. 409-411.

55 Debray, R. (1967), *Révolution dans la révolution*, Maspero, Paris.

56 Aglietta, M. (2004), «La gouvernance mondiale», in Plihon, D., *op. cit.*

57 Duffield, M. (2001), «Global Governance and the New Wars». *The Merging of Development and Security*, Zed Books.

antes destinada a garantir a estabilidade das fronteiras do mundo rico e a levar por diante as guerras necessárias, em nome do desenvolvimento e da democracia, com vista a manter a ordem num mundo profundamente inigualitário.

A mundialização da economia não é, decerto, o culminar da modernidade ocidental, porquanto o mercado não pode garantir a convergência dos interesses se certos indivíduos recusarem o princípio ou não tiverem os meios para nele participarem⁵⁸. O questionar do Estado-Providência ratifica o fim do político. Haverá que caminhar para uma cidadania social, um pluralismo do bem-estar, com a aceitação do papel reduzido do Estado na vida económica. No entanto, a Nação/Estado continua a constituir a base da comunidade nacional e da ordem política. Deverá subsistir um intervencionismo estatal, sob a forma de pluralismo do bem-estar (*welfare pluralism*), mas o Estado deixará de ter o monopólio do social. As ONG, o mecenato e a filantropia poderão exercer os seus direitos e reconstruir uma economia digna⁵⁹, investindo na melhoria das condições de vida. A cultura é um sistema de coerência social e de confiança, de código, é um meio de estruturação da sociedade. O lento processo de erosão e destruição brutal da maioria das culturas é prejudicial.

É urgente encontrar uma terapia social e uma cultura de tolerância, desenvolvendo, nomeadamente, a democracia de proximidade, se bem que nenhuma excepção cultural possa ser invocada contra os Direitos do Homem. Uma sociedade deve pensar-se como humana, o que não é o caso da modelada pelo mercado e sua famosa mão, tão invisível que se assemelha a um ectoplasma bastante prático para os liberais. Há pouco consenso sobre a nova sociedade a construir. A escolha não está numa soberania nacional reduzida ao mínimo. Há uma vontade democrática acrescida, mesmo numa altura em que a globalização faz diminuir de dia para dia o voluntarismo das pessoas em prol de um modelo de sociedade desejável. Lester Thurow defende o princípio de uma disciplina colectiva. No capitalismo, ideais sociais como a honestidade ou a igualdade não têm valor. É por isso que os conservadores recusam o papel económico do Estado. Ora, a história é diferente. Os grupos precederam os homens e o seu individualismo. Um suporte social define o ser humano. Os governos sempre existiram, para definir as regras do jogo da ordem social. O altruísmo também existe. A geografia política alterou-se completamente, com novas nações e novos conflitos. Fala-se cada vez mais de uma polícia mundial.

9. A ECONOMIA, UMA DISCIPLINA AMORAL «ÀS ORDENS»

Hoje em dia, graças à acção humanitária, os Estados ocidentais podem reivindicar para si a representação do «bem» no mundo, ainda que os fins huma-

⁵⁸ Engelhard, P. (1996), *L'homme mondial. Les sociétés humaines peuvent-elles survivre?*, Arléa, Paris.

⁵⁹ Sorman, G. (1995), *Le bonheur français*, Le Seuil, Paris.

nitários ocultem por vezes jogos de poder⁶⁰. Os Estados Unidos confirmam o seu interesse pela dimensão estratégica do humanitário, a qual se enquadra numa esfera de alargamento da sua esfera de influência. Se bem que integre elementos de solidariedade autênticos, esta estratégia não deixa de ser um elemento inserido numa estratégia global. É a traição das Luzes⁶¹.

Os fundamentos da afirmação da eficácia do comércio livre sobre qualquer outro sistema económico assentam em postulados muitas vezes apresentados como verdades primeiras:

- A concorrência e a competitividade do mercado constituem, a prazo, a forma de regulação mais eficaz e mais justa;
- Qualquer progresso técnico e qualquer crescimento da produtividade são benéficos para a sociedade;
- As desigualdades e a pobreza podem ser suprimidas progressivamente com o funcionamento normal dos mercados;
- Os problemas sociais e políticos são meras consequências dos problemas económicos. A mercadização do mundo é um factor essencial de paz universal;
- O Estado não pode ter um papel económico de primeiro plano. Deve velar pela sua ortodoxia financeira, a qual é uma condição, a longo prazo, para o desenvolvimento económico.

No fundo, como refere J. K. Galbraith, a escolha da economia de mercado para substituir de forma vantajosa o capitalismo não é mais do que um véu enganador colocado sobre a realidade profunda da empresa: o poder do produtor que influencia e dirige mesmo a procura do consumidor⁶². A economia é uma disciplina demasiado complacente que vem em socorro da Microsoft, sem que para isso retome o conceito do capitalismo monopolista. Assim, o consumidor continua a ser soberano de optar entre a Microsoft e poucas outras coisas. A persuasão é organizada e dá explicações claras para a diferença entre a teoria e os factos. Quanto mais complexa se torna a disciplina económica, mais ela se afasta do seu poder explicativo e mais responde às exigências das forças do mercado. Os economistas tendem a converter-se em meras cauções, o que explica, pelo menos em parte, os desfasamentos entre as teorias económicas, pouco renovadas desde há um século. Porém, presentemente, «o progresso humano é dominado por uma crueldade inimaginável e pela morte... Os assassínios em massa tornaram-se o feito último da civilização»⁶³.

Actualmente, a utilização do conceito da governação afastou-se do centro do poder governamental. O Estado democrático não pode levar a cabo uma

60 Em certos casos, as acções com um fim humanitário estão ligadas a um projecto colonial renovado.

61 Guillebaud, J.-C. (1995), *La trahison des Lumières*, Editions du Seuil, Paris.

62 Galbraith, J. K. (2004), *Les mensonges de l'économie*, Grasset, Paris, p. 22.

63 Galbraith, J. K. (2004), *Ibid.*, p. 87.

política independente dos desideratos dos seus cidadãos ou o poder dos meios de comunicação e as forças económicas exercem uma influência marcada sobre as decisões governamentais. Nestas condições, os actores económicos tomam decisões que podem revelar-se contraditórias. Os actores da globalização têm um peso muito diferente, consoante os meios postos à sua disposição. Na realidade, devido a uma ausência de controlo, a governança mundial dissimula um liberalismo económico cioso dos interesses económicos a curto prazo. As empresas privadas actuam directamente sobre esta regulação económica através da cooperação empresarial, dos entendimentos cartelistas, das associações patronais e da instituição de regimes privados internacionais. Nos dias que correm, o poder privado tem uma importância preponderante nas escolhas públicas. Nos Estados Unidos, o Estado consagrou perto de metade das suas despesas discricionárias (exceptuando as reformas da Segurança Social ou o serviço da dívida) ao sector militar. Ora, a influência do sector privado no sector da economia é determinante. As propostas de novas armas provêm das empresas especializadas, que determinarão também os preços e os lucros previstos. É de acrescentar que o sector privado tem um papel essencial ao nível da política externa. Basta analisar as actividades anteriores dos actuais colaboradores da presidência dos Estados Unidos para ficarmos elucidados.

10. A MUNDIALIZAÇÃO CONTRA O UNIVERSAL?

Para Baudrillard⁶⁴, mundialização e universalidade não andam a par, serão antes exclusivas uma da outra. A mundialização tem a ver com as técnicas, o mercado, o turismo e a informação mercantil. A universalidade refere-se aos valores, aos Direitos do Homem, às liberdades, à cultura e à democracia. Se a mundialização parece irreversível, já o universal estará em vias de desaparecer.

Porém, e a história já o demonstrou, a mundialização económica não é irreversível. Não é, de forma alguma, o culminar da modernidade ocidental, mas o questionar do Estado-Providência ratifica o enfraquecimento do político. Sem o seu adversário sistémico, o capitalismo perdeu a alma e a democracia deixou de ser uma ideologia unificadora, uma vez que passa a ser a justificação de um jogo de poder disputado com armas bastante desiguais. Com a mundialização da economia, a democracia deverá basear-se na liberdade e na capacidade de resistência à opressão da burocracia. Uma melhor definição da democracia actual insistiria na livre escolha de um governo representativo dos interesses da maioria e respeitador do direito fundamental de todas as pessoas a viver de acordo com as suas crenças e os seus interesses fundamentais⁶⁵.

64 Baudrillard, J. (1996), «Le mondial et l'universel», *Libération*, 18 de Março.

65 Touraine, A. (1991), «Qu'est-ce que la démocratie aujourd'hui?», *Revue Internationale des Sciences Sociales*, (128), Maio de 1991, pp. 275-283.

Bibliografia

- Aglietta, M. (2004), La gouvernance mondiale, in Plihon, G. *Les désordres de la finance*, Encyclopedia Universalis.
- Baudrillard, J. (1996), *Le mondial et l'universel*, Libération 18 mars.
- Colard, D., Fontanel, J., Guilhaudis, J-F. (1981), *Le désarmement pour le développement*, Fondations pour les études de défense nationale 19.
- Coulomb, F., Fontanel, J. (2000), La puissance des Etats et la globalisation économique, *Arès, Défense et Sécurité*.
- Coulomb, F., Fontanel, J. (2003), Disarmament : a century of economic thought, *Defence and peace economics* 14(3)
- Courlet, C., Fontanel, J. (2003), Les conséquences sociétales de la globalisation, in *Civilisation, globalisation, guerre.*, PUG, Presses Universitaires de Grenoble.
- Doyle, M. (1986), Liberalism and World Politics, *American Political Science Review*, 80
- Fontanel, J. (1993), *Economistes de la paix*, Presses Universitaires de Grenoble,
- Fontanel, J. (2002) *Globalisation économique et sécurité internationale : introduction à la géoéconomie*. Ed. Université Pierre Mendès France.
- Fontanel, J., Arrow, K., Klein, L. and Sen, A., 2003. *Civilisations, globalisation et guerre*. Presses Universitaires de Grenoble, PUG, Grenoble.
- Fontanel, J. (2005), *La globalisation en « analyse »*. L'Harmattan, Paris.
- Fontanel, J. (2007), *Questions d'éthique : guerre, démocratie, économie, éducation, marketing, sport, genre*, Editions l'Harmattan, Paris.
- Fontanel, J. & Henriques P.(2007), *A Globalização em "Análise". Geoeconomia e estratégia dos actors*, Instituto Piaget, Lisboa
- Friedman, M., Friedman, R. (1980) *Free to choose*, Penguin, Harmondsworth.
- Galbraith, J.K. (1968) (attribué à), *La Paix indésirable. Rapport sur l'utilité des guerres*, Calmann-Lévy, Paris.
- Labarde, P., Maris, B. (1998), *Ah Dieu! Que la Guerre économique est jolie!*, Albin Michel, Paris, p. 23.
- Mandel, E. (1972), *Le Troisième Age du capitalisme*, t. 2, René Julliard, Paris,
- Ohmae, K. (1995), *The End of the Nation-State*, The Free Press, New York, 1995;
- Porter, B. (1994), *War and the Rise of the State. The Military Foundations of Modern Politics*, The Free Press, New York, 1994, p. xix.
- Reich, R. (1993), *L'Economie mondialisée*, Dunod, Paris, 1993
- Ruffin, J.C ; (1994), *La dictature libérale*, Jean-Claude
- Sen, A. (2003), Identité et conflit? Existe-t-il un choc des civilisations? in *Civilisations globalisation, guerre. Discours d'économistes*, Presses Universitaires de Grenoble. Grenoble.
- Shkaratan, O., Fontanel, J. (1998), Conversion and personnel in the Russian military-industrial-complex, *Defence and Peace Economics* 9(4)
- Stiglitz, J.E. (2002), *La grande désillusion*, Fayard, Paris.
- Weisbrot, M., Baker, D., Kraev, E., Chen, J. (2002), *The scoreboard on globalization 1980-2000. Twenty years of diminished progress*, Center for Economic and Policy Research, Washington.